

CSA - CÂMARA DE CIÊNCIAS APLICADAS (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: ISIS ARANTES MACIEL DE SOUZA

TÍTULO: POR ONDE É A SAÍDA? HIPÓTESES SOBRE ARTICULAÇÕES ENTRE PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS

AUTORES: ISIS ARANTES MACIEL DE SOUZA, ISIS ARANTES MACIEL DE SOUZA

PALAVRA CHAVE: BOLSA FAMÍLIA, SUASL, POBREZA

RESUMO

Este trabalho se propõe a pensar sobre os caminhos que podem levar as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) até as portas de saída. Hipotetizamos que a articulação do Programa com o Suas pode ser uma possibilidade. Para pensar sobre essa questão este trabalho é guiado por 5 fios condutores: 1- apresentação do PBF 2- revisão bibliográfica sobre o PBF 3- reflexões sobre sua implementação 4- reflexões sobre a articulação entre Assistência Social e o PBF e 5- alguns dados exploratórios.

Em 2004 foi implementado no Brasil uma das maiores experiências de transferência de renda com condicionalidades do mundo, o Programa Bolsa Família. Tal programa consiste em uma ação de transferência de renda com condicionalidades e é destinado às famílias pobres e extremamente pobres. O programa é estruturado em três eixos: 1) transferência de renda, 2) condicionalidades e 3) programas complementares. O primeiro eixo tem como objetivo promover o alívio imediato da pobreza. O segundo eixo são as condicionalidades previstas na lei, que representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias para a manutenção dos benefícios, ou seja, são compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público para que os beneficiários sejam atendidos por serviços de educação, saúde e assistência social, ou seja representa reforço ao acesso a direitos sociais básicos, enquanto o terceiro eixo são programas complementares que visam o desenvolvimento das famílias para superação da situação de vulnerabilidade (Silva, 2013).

O Programa Bolsa Família é uma política de modelo Top- Down. Para nós, essa política se estruturou inicialmente por camadas desarticuladas: por cima estão ministros e gestores de alto escalão e por baixo estão os gestores municipais impedidos, pelo desenho da política, de qualquer ação Botton-Up. Argumentos apresentados por Bichir (2016) nos fazem hipotetizar que paulatinamente o Programa Bolsa Família tem reconhecido que os caminhos para as portas de saída estão na Assistência Social e na capacidade de capilarização que esse sistema tem, enquanto as duas camadas que formam essa política, aos poucos, vêm se aproximando. Não podemos dizer que o PBF se aproxima de um modelo Botton-Up, entretanto podemos avaliar que ele está se redesenhando e se ajustando. Não existe grandes possibilidades de discricionariedade aos seus burocratas de nível de rua, mas lentamente algum protagonismo está sendo proporcionado para eles.

De um lado temos o PBF desejando dar passos mais largos, de outro os avanços da Assistência e o Suas com responsabilidade da assistência definida (acolhida, renda, convivência, autonomia, riscos circunstanciais) e organização com equipamentos públicos em todos os municípios como porta de entrada à assistência. Esforços como a articulação Suas, PBF e Programa Brasil Sem Miséria começam a mostrar seus efeitos. Acreditamos que a Assistência Social está totalmente preparada para contribuir com o PBF nos fatores aos quais ele já não pode avançar sozinho.

Durante a década de 90 e até o começo do governo Lula, as políticas de assistência e transferências de renda mantiveram um crescimento permanente de seus gastos (CARDOSO E JACCUSE, 2005). Apresentamos dados do MDS, que mostram a evolução dos gastos com o PBF de 2006 a 2016 e o número de famílias beneficiárias do PBF de 2009 até 2016. Os dados apontam que houve uma progressão dos gastos com o PBF e que em 2014 e 2016 houve uma queda de famílias beneficiárias. Questionamos quais podem ser as explicações para essa queda. Algumas famílias estão conseguindo chegar as portas de saída e o PBF pode estar se aproximando de seus objetivos explícitos – reduzir a pobreza e interromper seu ciclo? Esses acontecimentos possuem alguma relação com as aproximações entre SUAS e PBF?

Acreditamos que o conceito de intersetorialidade nos ajuda a compreender as possibilidades de articulação entre políticas e programas sociais e de combate à pobreza é mais pertinente para pensar ações como o Programa Brasil sem Miséria, que se articula com outros Ministérios e utiliza o Suas para levar a ações desses outros ministérios para os indivíduos. A autora acredita que o Brasil ainda não dispõe de uma teia institucional de articulação entre sistemas de políticas que garanta sólidos e permanentes circuitos de inclusão social, necessários em um país marcado por desigualdades persistentes. Concordamos com Bichir (2016), entretanto, essas teias institucionais podem ter surgido e começado a apresentar seus primeiros resultados. Podemos também considerar que avanços na condicionalidade educação ainda é um problema. Conseguir resultados positivos, além frequência escolar, dessa condicionalidade necessitará de muito mais recursos, a serem investidos na crucial provisão de serviços educacionais de qualidade como também de intersetorialidade com o Ministério da Educação.